

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS- ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Curso: MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

Área de Especialidade: Coprodução, Governança, Inovação e Finanças Públicas: coprodução de bens e serviços públicos; inovação no setor público; governança pública; governança corporativa; finanças públicas e gasto público; controle, accountability, prestação de contas, transparência, responsabilidade, integridade e equidade.

CAMINHOS PARA O GOVERNO ABERTO EM SANTA CATARINA:
A INTERSEÇÃO DOS ATORES E DOS INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS

CPF do candidato

957.745.990-00

Florianópolis

2026

PROPOSTA DE PESQUISA:

CAMINHOS PARA O GOVERNO ABERTO EM SANTA CATARINA:

A INTERSEÇÃO DOS ATORES E DOS INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS

1. INTRODUÇÃO - CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVO DA PESQUISA

A presente proposta de pesquisa pretende explorar os papéis desenvolvidos pelos atores de governo aberto no estado de Santa Catarina, o potencial gerado a partir de sua interação e os instrumentos disponíveis para avançar na implementação da agenda de governo aberto no Estado.

Nos últimos anos, o Estado de Santa Catarina tomou medidas para institucionalizar a agenda de estado aberto. Após aprovação no processo seletivo em 2020, Santa Catarina tornou-se membro da Open Government Partnership (OGP), sendo o primeiro estado brasileiro a fazer parte desta iniciativa internacional. Este marco para o estado foi alcançado em virtude de seu histórico de iniciativas de abertura de governo e a consistência das organizações sociais existentes.

Desde seu ingresso na OGP, o Estado tem avançado na agenda de governo aberto, começando pela implementação do 1º Plano de Ação de Governo Aberto em 2021. Além de eventos e articulações nacionais e internacionais, o estado integrou práticas governamentais já existentes anteriormente que seguiam esses princípios. Entre 2023 e 2025, essa agenda expandiu-se para Parlamento Aberto em Câmaras Municipais por meio de um projeto de pesquisa aplicada realizado pelo grupo de pesquisa Politeia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC ESAG), em parceria com a Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), a organização da sociedade civil Act4Delivery, a Controladoria-Geral do Estado (CGE), e a Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina (SEPLAN). Atualmente, em 2025, o foco recai sobre o Projeto Estado Aberto SC, uma iniciativa inédita que une Executivo, Legislativo e Judiciário na criação de um Plano de Ação conjunta entre SEPLAN, Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Grupo Politeia/UDESC.

No entanto, mesmo sendo pioneiro no Brasil, o Estado de Santa Catarina ainda tem muito a se instrumentalizar para ampliar sua capacidade de execução e articulação para potencializar, assim, o impacto que a abertura de governo pode ter na administração pública e na vida de seus cidadãos.

Por este motivo, o objetivo da pesquisa é obter um panorama dos atores envolvidos nas práticas de Governo Aberto, as respectivas áreas de atuação, e como relacionam-se entre si, bem como realizar um benchmarking para identificar os instrumentos adequados para que o Estado de Santa Catarina possa avançar estrategicamente na direção de um governo com mais transparência, *accountability* e participação social.

2. JUSTIFICATIVA

O trabalho de governo aberto realizado no Estado de Santa Catarina resulta das demandas da sociedade, do compromisso político, bem como do trabalho de longo prazo de um forte ecossistema de atores comprometidos com a agenda.

Investir em governo aberto é fundamental para a sociedade, pois promove a transparência das ações governamentais, fortalece a participação cidadã, melhora a prestação de serviços públicos, estimula a inovação e o desenvolvimento econômico, além de contribuir para a redução da corrupção e do desperdício de recursos. Ao abrir os dados e processos do governo para escrutínio público, o governo aberto aumenta a responsabilidade das autoridades, permitindo que os cidadãos participem ativamente na tomada de decisões e na resolução de problemas comuns, resultando em uma sociedade mais justa, democrática e eficiente.

A Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina foi instituída na atual configuração pela Lei nº 18.646/2023, que a integrou à estrutura central do Poder Executivo e definiu suas competências no âmbito do sistema de planejamento estadual, incluindo a responsabilidade de promover a cultura da transparência na administração pública, em articulação com os órgãos de controle, consolidando seu papel estratégico na governança e no fortalecimento do governo aberto.

A competência normativa e sistêmica da SEPLAN a posiciona como ator estratégico na promoção da transparência ativa no Estado, especialmente na qualificação e ampla disponibilização de dados, metas, indicadores e resultados das políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento da *accountability* e do controle social. Nesse contexto, a Secretaria exerce função articuladora da governança aberta ao longo de todo o ciclo das políticas públicas, impulsionando a integração institucional, o uso orientado de dados e a ampliação da participação cidadã, em consonância com iniciativas internacionais como a OGP.

Por este motivo, a proposta de pesquisa será desenvolvida no âmbito da SEPLAN, pois além de trazer benefícios à instituição, que poderá melhorar o desempenho de suas

atribuições, traz benefício direto à vida profissional da proponente, visto que exerce liderança na Gestão Executiva do Projeto de Estado Aberto, esteve à frente do processo de ingresso do Estado de Santa Catarina como membro da OGP, tendo coordenado o processo de elaboração e implementação do 1º Plano de Ação de Governo Aberto, e terá oportunidade de estar ainda mais capacitada para seguir atuando em diferentes atividades profissionais e acadêmicas na área Governo Aberto, divulgando os resultados de Santa Catarina e promovendo a cultura de Governo Aberto em eventos nacionais e internacionais.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nos últimos anos, as experiências participativas ganharam reconhecimento internacional ao serem estabelecidas como ferramentas para aprofundar a democracia e melhorar a qualidade da gestão pública.

Outro reflexo observado nos últimos anos, são os governos em âmbito nacional e subnacional de várias nações enfrentando crescentes pressões para envolver o público na gestão pública. Essas pressões se manifestam através de novas exigências legislativas, do aumento do ativismo e engajamento cidadão, bem como da mudança de valores associados à cidadania e democracia (Dagnino & Teixeira, 2014).

Existe uma demanda claramente articulada por parte dos atores da sociedade civil em favor da renovação das relações entre governo e sociedade, e de uma redefinição da representação política. Isso se deve ao fato de que a representação política tradicional está se distanciando cada vez mais da vontade dos representados (Milani, 2008).

Sobre o fortalecimento das democracias por meio da participação, Gugliano e Santos (2015) colocam que há o entendimento de que as instituições participativas complementam as instituições da democracia representativa, buscando preencher a lacuna entre as demandas da sociedade civil e as decisões estatais, que tradicionalmente dependem da formação de majorias eleitorais para aferição de interesses.

Nos últimos anos, houve uma diversidade de experiências de participação social integradas à administração pública brasileira. Desde a promulgação da Constituição de 1988, tem-se observado a formação de uma nova institucionalidade participativa, especialmente em nível local. Isso se manifesta através da participação e discussão entre governos, organizações da sociedade civil e acadêmicos, que frequentemente resulta em propostas e iniciativas para institucionalizar a participação social em diversos contextos, como iniciativas que visam orçamento participativo, conselhos, planos diretores municipais entre outros.

Como exemplos nacionais, cidades como Porto Alegre e Belo Horizonte implementaram com sucesso orçamentos participativos, nos quais os cidadãos têm voz ativa na alocação de recursos municipais. Além disso, diversos municípios brasileiros estabeleceram conselhos gestores de políticas públicas, como os Conselhos Municipais de Saúde, de Segurança e de Educação, que desempenham um papel fundamental na formulação e monitoramento de políticas nessas áreas.

É importante destacar também o papel crescente da academia na elaboração de estudos sobre participação social. O aumento desses estudos reflete o interesse acadêmico no fenômeno da participação cidadã e seu impacto na governança democrática. A colaboração entre academia e prática tem enriquecido os processos participativos, promovendo uma compreensão mais aprofundada dos desafios e oportunidades relacionados à participação da sociedade civil nas decisões públicas.

Governo Aberto é uma visão da administração pública que coloca o cidadão como prioridade para as políticas públicas e, sob este pilar, promove projetos e ações pautados nos seguintes princípios: transparência, *accountability*, participação cidadã e tecnologia e inovação (OGP, 2011).

Com o objetivo de difundir e incentivar, globalmente, práticas governamentais relacionadas a estes princípios, em 2011 foi criada a *Open Government Partnership* (OGP), uma iniciativa internacional que congrega governos, cidadãos, organizações da sociedade civil, academia e o setor privado. Por meio de sua atuação, a OGP busca assegurar que governos assumam compromissos concretos para promover a transparência e a participação cidadã, combater a corrupção e incentivar o desenvolvimento e uso de novas tecnologias para fortalecer a governança (OGP, 2011).

A OGP reconhece o papel crucial dos governos locais por estarem mais próximos dos cidadãos e, por isso, busca apoiar cidades, estados, regiões, províncias, condados e outras jurisdições a adotarem reformas inovadoras em governo aberto através do programa OGP Local. Atualmente, a OGP conta com 75 países e 104 governos locais como membros. Ser um membro do OGP Local implica desenvolver e implementar um plano de ação composto por compromissos ambiciosos de abertura governamental, visando alcançar objetivos de longo prazo e seguindo os princípios da abertura de governo. Esses compromissos devem ser concretos, mensuráveis e fruto de um esforço conjunto entre governo e sociedade. Além disso, como parte da Parceria, os membros participam de intercâmbios entre pares e recebem apoio nacional e internacional para a implementação, monitoramento e avaliação de seus planos de ação (OGP Local, 2021).

Ao tornar-se membro da OGP, após aprovação no processo seletivo em 2020, o Estado de Santa Catarina foi o primeiro estado brasileiro a fazer parte desta iniciativa internacional. Este importante marco para o estado foi alcançado em virtude de seu histórico de iniciativas de abertura de governo e no contexto propício ao desenvolvimento de um Plano de Ação, dada a consistência das organizações sociais existentes (CGE/SC, 2021).

Exemplo disto, é a consolidação da rede de observatórios sociais no estado. Segundo informações divulgadas pelo Sistema OSB (2018), entre os anos de 2014 a 2018, a rede de observatórios sociais cresceu 110% no país, estando presente em mais de 130 cidades de 16 estados brasileiros, sendo 20% deles em Santa Catarina.

A elaboração do 1º Plano de Ação SC Governo Aberto ocorreu em 2021 sob coordenação da Controladoria Geral do Estado de Santa Catarina (CGE/SC). O processo de construção do 1º Plano de Ação SC Governo Aberto iniciou com a criação de uma comissão organizadora, denominada Grupo Motor, formada por representantes da CGE/SC, Observatório Social de Santa Catarina (OSB/SC) e Grupo de Pesquisa Politeia da UDESC.

Diversos agentes, incluindo cidadãos, instituições de ensino superior, órgãos governamentais estaduais e municipais, organizações da sociedade civil, câmaras de vereadores, empresas e outras entidades privadas, contribuíram para a elaboração do Plano. A interação com esses participantes aconteceu em várias etapas do desenvolvimento do Plano, com especial ênfase na participação nas Mesas Temáticas e na Consulta Pública. (ARAÚJO; SILVA; WEBER, 2023).

O Grupo Motor convidou os órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina a submeter projetos que pudessem contribuir para promover um governo mais aberto. Entre os projetos recebidos, oito foram considerados em conformidade com os critérios do programa e foram agrupados em quatro Mesas Temáticas: Articulação de Governo Aberto e Controle Social nos Municípios; Transparência Ativa; Compras Públicas e Contratação Aberta; Participação do Usuário Cidadão e Avaliação de Serviços Públicos. (ARAÚJO; SILVA; WEBER, 2023)

As Mesas Temáticas foram espaços de cocriação constituídos para viabilizar a colaboração entre representantes indicados pelas organizações do governo e da sociedade convidadas a participar pelo reconhecido conhecimento e atuação em cada tema. No total, foram realizadas nove reuniões, dentre as quais houve uma reunião de abertura e oito reuniões de trabalho. Nestas reuniões, houve o envolvimento de 67 pessoas, representando 31 instituições, dentre as quais 17 organizações da sociedade civil e 14 órgãos da administração pública estadual. (ARAÚJO; SILVA; WEBER, 2023)

A consulta pública para a elaboração do 1º Plano de Ação SC Governo Aberto ocorreu em julho de 2021, durante uma semana, após as Mesas Temáticas, através de um formulário online. Esse formulário foi divulgado nos canais de mídia social do governo estadual, em páginas oficiais do governo, em programas de rádio locais, em matérias de jornais digitais, por órgãos de governos municipais, além de ter sido compartilhado nas redes sociais de organizações da sociedade civil. O propósito da consulta pública era proporcionar a qualquer interessado a oportunidade de contribuir com o 1º Plano de Ação SC Governo Aberto. Para facilitar uma contribuição informada, todos os documentos gerados nas fases anteriores do desenvolvimento do Plano foram disponibilizados. No total, foram recebidas 51 contribuições. (ARAÚJO; SILVA; WEBER, 2023)

Após análise das contribuições recebidas nas etapas de cocriação, foram definidos quatro compromissos:

Quadro 1 - Compromissos assumidos

Compromisso 1	Promover princípios e práticas de governo aberto e controle social em municípios catarinenses, incentivando a aprendizagem compartilhada e articulando iniciativas de governos e sociedade civil nos âmbitos local e estadual.
Compromisso 2	Aprimorar o processo de aquisição e contratação do Poder Executivo do Governo de Santa Catarina à luz dos princípios e normas da transparência e contratação aberta, para torná-lo mais eficaz e acessível ao cidadão e demais partes interessadas.
Compromisso 3	Promover a participação social para aperfeiçoamento dos serviços públicos através da instituição de conselho de usuários, criação de ferramenta tecnológica de avaliação de serviços digitais e melhoria do sistema de ouvidoria e acesso à informação.
Compromisso 4	Reestruturar instrumentos de transparência ativa utilizando desenho centrado no usuário para melhorar a qualidade, usabilidade e acessibilidade da informação pública, inclusive com a disponibilização de formatos abertos.

Fonte: ARAÚJO; SILVA; WEBER, 2023.

Eleitos os quatro compromissos, foram identificadas as ações e cronograma de implementação, bem como a indicação de coordenadores responsáveis por sua execução. Os compromissos também foram incorporados aos indicadores estratégicos da gestão 2019-2022 do Governo do Estado de Santa Catarina.

Destaca-se que os princípios de transparência e participação social foram incorporados no Plano SC Governo Aberto desde o processo de cocriação, seja por meio do envolvimento dos cidadãos e demais partes interessadas, seja por meio da publicação dos materiais gerados durante o processo de desenvolvimento do Plano. Dessa forma, todas as contribuições recebidas nas etapas de cocriação (Mesas Temáticas e Consulta Pública) foram disponibilizadas para acesso público, permitindo que qualquer cidadão ou parte interessada revise as sugestões e análise como foram incorporadas no 1º Plano de Ação SC Governo Aberto. Além disso, cada um dos projetos gerou um relatório das ações realizadas e a disponibilização desse compilado de materiais foi publicada no Portal de Dados Abertos, permitindo que qualquer cidadão ou interessado pudesse consultar os resultados das ações. (ARAÚJO; SILVA; WEBER, 2023)

Santa Catarina teve a oportunidade de aumentar participação dos cidadãos na tomada de decisões governamentais através de sua participação na OGP, a qual permitiu que o governo se comprometesse a implementar políticas e práticas que fortaleçam a transparência e a participação cívica, como a abertura de dados públicos, a realização de consultas públicas e a criação de espaços institucionais para a participação da sociedade civil.

Destaca-se que embora Santa Catarina, assim como muitos governos, tenham implementado iniciativas para promover os princípios de transparência, participação cidadã, *accountability* e tecnologia, o conceito de governo aberto visa ir um passo além e estabelecer uma cultura de governança que garanta que estes princípios, implementados em sinergia, guiem qualquer ação governamental desde sua concepção até sua avaliação (OCDE, 2022). Por este motivo é tão importante a realização da atual proposta de pesquisa, para buscar práticas e instrumentos para que Santa Catarina possa promover a abertura de do governo de forma transversal nos diferentes órgãos da administração pública estadual.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa será desenvolvida no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina e no conjunto de organizações que possuem interface com a agenda de governo aberto e sua implementação no estado.

Para obter um panorama dos atores envolvidos, suas áreas de atuação e suas inter-relações, bem como realizar um benchmarking para identificar os instrumentos adequados para avançar estrategicamente em direção a um governo mais transparente,

responsável e participativo em Santa Catarina, propõe-se o seguinte procedimento metodológico:

- a. Levantamento de Atores-Chave: Identificação dos principais atores envolvidos no cenário de governo aberto em Santa Catarina, incluindo órgãos governamentais dos diferentes Poderes, organizações da sociedade civil, empresas privadas, academia e outros stakeholders relevantes, utilizando levantamento documental, análise de redes sociais e entrevistas.
- b. Mapeamento das Áreas de Atuação: Adoção de questionário para cada ator identificado, para verificar suas áreas de atuação relacionadas ao governo aberto, como transparência, participação cidadã, tecnologia da informação, *advocacy*, controle social, entre outras.
- c. Análise das Inter-Relações: Investigação das relações existentes entre os atores mapeados, identificando parcerias, coalizões, rivalidades e outras formas de interação. Isso será realizado por meio de entrevistas com os atores identificados, análise de redes sociais, e levantamento documental.
- d. Realização de Benchmarking: Seleção de um conjunto de entes governamentais ou casos de sucesso em governo aberto, levando em consideração semelhanças contextuais com Santa Catarina, como tamanho populacional, estrutura governamental e nível de desenvolvimento econômico. Essa etapa, que pode incluir tanto exemplos nacionais quanto internacionais, utilizará levantamento documental e, se necessário, entrevistas.
- e. Identificação de Boas Práticas e Instrumentos Adequados: Análise das práticas adotadas pelos casos de benchmarking selecionados, identificando os instrumentos, políticas e estratégias que foram eficazes na promoção da transparência, *accountability* e participação social. Essa análise deve considerar as especificidades de cada contexto, bem como as lições aprendidas e os desafios enfrentados.

Ao seguir este procedimento metodológico, espera-se que possam ser identificadas as melhores práticas e instrumentos para promover uma governança mais transparente, responsável e participativa, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e o fortalecimento da democracia na região.

5. VIABILIDADE / IMPLEMENTAÇÃO

Com base nas informações coletadas, pretende-se elaborar recomendações estratégicas para que o Estado de Santa Catarina possa utilizar os resultados da pesquisa para desenvolver e implementar políticas públicas mais eficazes em direção a um governo aberto. Isso pode incluir a adoção de legislação relacionada ao governo aberto, fortalecimento de plataformas de participação cidadã, capacitação de servidores públicos, investimento em tecnologia da informação, entre outras medidas.

Tais recomendações estratégicas seriam validadas com os principais stakeholders envolvidos no processo de governo aberto em Santa Catarina, garantindo seu alinhamento com as necessidades e prioridades locais para que as novas políticas sejam integradas, harmonizadas e eficientes.

A sociedade civil, por sua vez, pode desempenhar um papel fundamental na implementação dos resultados da pesquisa, atuando como fiscalizadora e colaboradora do governo. Isso pode envolver a mobilização e o engajamento dos cidadãos para demandar transparência e participação nos processos decisórios. As organizações da sociedade civil também podem oferecer expertise técnica e apoio na implementação de iniciativas de governo aberto, por meio de parcerias com o governo e outras entidades. Além disso, a sociedade civil pode acompanhar de perto a implementação das recomendações da pesquisa, monitorando seu progresso e cobrando resultados.

Em suma, a implementação dos resultados da pesquisa sobre governo aberto em Santa Catarina requer uma abordagem colaborativa e participativa, envolvendo tanto o governo do estado quanto a sociedade civil, que ao trabalharem juntos, podem promover mudanças significativas na governança pública.

6. CRONOGRAMA

Para a execução das etapas previstas neste projeto de pesquisa, foi estruturado um cronograma organizado por atividades e distribuído ao longo de 10 meses, de modo a assegurar o encadeamento lógico das ações e o cumprimento dos objetivos propostos dentro dos prazos estabelecidos.

[illegible]

7. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V.; SILVA, C.; WEBER, M. Coprodução do Controle: o Plano de Ação SC Governo Aberto como mecanismo de fortalecimento dos controles interno, externo e social. In: SEVERINO, D.; CAMATA, E.; FERRAZ, L.; THOMÉ, M. *Mulheres no Controle: Tópicos de controle interno sob o olhar das mulheres*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 157-172.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. 1988.

CGE/SC. **Programa SC Governo Aberto**. Dados Abertos SC. Disponível em: <https://cge.sc.gov.br/governo-aberto/> . Acesso em: 01 out. 2022.

DAGNINO, Evelina; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. The Participation of Civil Society in Lula's Government. *Journal Of Politics In Latin America*, [S.L.], v. 6, n. 3, p. 39-66, jan. 2014. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1866802x1400600303>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1866802X1400600303>. Acesso em: 25 mar. 2024.

SANTOS, Priscilla Ribeiro dos; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Efetividade das políticas participativas no governo brasileiro: o conselho de desenvolvimento econômico e social. *Revista de Sociologia e Política*, [S.L.], v. 23, n. 56, p. 3-19, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987315235601>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/PDFkB5pmTvvjJbNZYJQTMrH/?lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2024.

MILANI, Carlos R. S.. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias. *Revista de Administração Pública*, [S.L.], v. 42, n. 3, p. 551-579, jun. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-76122008000300006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/w8Sd7tHxv3dHcLmgW5DrpZs/?lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2024.

SANTA CATARINA. Lei nº 18.646, de 5 de janeiro de 2023. Altera a Lei Complementar nº 741, de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 2023. Disponível em: https://leis.alesc.sc.gov.br/html/2023/18646_2023_lei.html. Acesso em: 30 de março. 2026.

OCDE, O. C. D. E. **Revisão da OCDE sobre Governo Aberto no Brasil: Avançando para uma agenda de Governo Aberto integrada** (2022). Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=1150_1150753-0jb6duhpek&title=Revisao-da-OCDE-sobre-governo-aberto-no-Brasil-Avan%C3%A7ando-para-uma-agenda-de-Governo-Aberto-integrada%20OECD. Acesso em: 21 set. 2022.

OGP, O. G. P. Disponível em <<https://www.opengovpartnership.org/>> . Acesso em: 21 set. 2022.

OGP, O. G. P. **Manual da OGP Local.** Disponível em:
<https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2021/06/Manual-da-OGP-Local-Portuguese%CC%82s.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.